



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
Unidade Universitária de Glória de Dourados
Curso de Licenciatura em Geografia

Autor: Marcos Antonio de Oliveira Guijarra
Orientador: Airton Aredes

**AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAÇÃO/EXPLORAÇÃO DA PORÇÃO
MERIDIONAL SUL-MATO-GROSSENSE E AS IMPLICAÇÕES À COBERTURA
VEGETAL ORIGINAL ENTRE OS ANOS DE 1880 – 1985**
O caso do município de Dourados-MS

Glória de Dourados
2008

GUIJARRA, Marcos Antonio de O. AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAÇÃO/EXPLORAÇÃO DA PORÇÃO MERIDIONAL SUL-MATO-GROSSENSE E AS IMPLICAÇÕES À COBERTURA VEGETAL ORIGINAL ENTRE OS ANOS DE 1880 E 1985: O caso do município de Dourados-MS

RESUMO

A porção meridional sul-mato-grossense, em particular o município de Dourados – MS, sofreu intenso processo de retirada da vegetação original consequência das diferentes formas de ocupação/exploração que se iniciou no ano de 1880 com a exploração dos ervais nativos pela Cia Matte Larangeira sendo intensificado com a colonização da CAND, culminando na ação da monocultura do soja alicerçada nos incentivos e subsídios das políticas desenvolvimentistas do período da ditadura militar. O presente trabalho pretendeu analisar os reflexos/consequências à vegetação original provocadas por cada período de ocupação/exploração. Cada um destes períodos e suas especificidades, contribuíram para o desenvolvimento econômico da porção meridional sul-mato-grossense, em particular do município de Dourados-MS. Contudo, esse desenvolvimento ocorreu em detrimento da esfera ambiental, com graves consequências à vegetação original.

Palavras-Chave: Porção meridional sul-mato-grossense, município de Dourados-MS, vegetação original, ocupação/exploração

GUIJARRA, Marcos Antonio de O. THE DIFFERENT FORMS OF OCCUPATION/EXPLORATION OF THE SOUTH-MATO-GROSSENSE SOUTHERN PORTION AND THE IMPLICATIONS FOR THE ORIGINAL VEGETABLE COATING BETWEEN THE YEARS OF 1880 – 1985: A case of Dourados city-MS.

ABSTRACT

The south-mato-grossense southern portion, especially Dourados city-MS, suffered intense process of original vegetation removal, consequence of the different forms of occupation/exploration that began in the year of 1880 with the xploration of the native herbs by Cia Matte Larangeira being intensified with the CAND colonizacion, culminating in the action of the soy monoculture based on the incentives and subsidies of the developmental politics of the military dictatorship period. The present research intended to analyze the reflections/consequences to the original vegetation caused by each period of occupation/exploration. Each one of these periods end its specifications, contributed for the economic development of the south-mato-grossense southern portion, in particular Dourados city. However, this development occurred to the detriment of the environmental sphere, with serious consequences to the original vegetation.

Key-words: South-mato-grossense southern portion, Dourados city, original vegetation, occupation/exploration

1- INTRODUÇÃO

A porção meridional sul-mato-grossense, em particular o município de Dourados - MS, objeto de estudo da presente pesquisa, passou por intenso processo de retirada da vegetação original, conseqüência das diferentes formas de ocupação/exploração da referida região desde 1880. O processo se deu a partir de três períodos distintos, cada qual apresentando uma forma peculiar de ocupação/exploração do espaço.

No primeiro momento, entre os anos de 1880 e 1940, o que se observou na porção meridional sul- mato-grossense, foi o empreendimento ervateiro realizado pela Cia Matte Larangeira capitaneada por Thomaz larangeira através da exploração dos ervais nativos existentes na região. Num segundo momento, entre os anos de 1940 e 1970, mais especificamente no município de Dourados-MS, a CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a qual foi criada no contexto da Marcha para Oeste e implantada pelo então Presidente da República Getulio Vargas, cujo objetivo era o de fomentar a ocupação efetiva do sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. Finalmente, entre os anos de 1975 e 1985, a ação da monocultura da soja, introduzida pelos colonos sulistas na CAND, passou a ser fomentada pelas políticas públicas para o desenvolvimento regional, no contexto da ditadura – poder centralizado – que tinham como objetivo desenvolver na região da Grande Dourados, principalmente em seu município pólo - Dourados - MS, uma agricultura de alta produtividade. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a monocultura da soja se observou o incremento de pastagens artificiais e a expansão da pecuária na porção meridional sul-mato-grossense o que provocou também o decréscimo da vegetação original na área. Contudo esta atividade pouco se desenvolveu no município de Dourados - MS, quando se comparado à expansão da monocultura da soja. Assim, a pecuária não possui igual relevância para esta pesquisa quanto à soja.

Cada um destes períodos e suas especificidades, contribuíram para o desenvolvimento econômico da porção meridional sul-mato-grossense, em particular do município de Dourados. Contudo, esse desenvolvimento ocorreu em detrimento da esfera ambiental, com graves conseqüências à vegetação original. O processo de retirada desta última, teve início com a exploração dos ervais nativos pela Cia. Matte Larangeira sendo intensificado pela colonização realizada através da CAND, chegando ao seu ápice com a ação da monocultura da soja alicerçada nos subsídios e investimentos provenientes das políticas desenvolvimentistas. Assim a presente pesquisa, tem como objetivo geral, analisar os reflexos/conseqüências das diferentes formas de ocupação/exploração do espaço na porção

meridional sul-mato-grossense, em particular no município de Dourados - MS, para com a cobertura vegetal original., desde a economia ervateira – 1880, até as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da monocultura da soja – 1985. Para tanto, foi necessário descrever a fisionomia da paisagem original da área de estudo, compreender o processo histórico de ocupação do sul do estado de Mato Grosso do Sul, proporcionado pelas diferentes formas de apropriação/ocupação do espaço (políticas fomentadoras da ocupação do Centro-Oeste brasileiro a partir da expansão da fronteira agrícola.), identificar os fatores degradadores da vegetação original, proporcionados pelas diferentes formas de apropriação/ocupação do espaço na porção meridional sul-mato-grossense, em particular no município de Dourados – MS e demonstrar a atual situação da cobertura vegetal original no município em questão.

Ainda, foi realizado um levantamento bibliográfico de obras que trabalham com essa temática ou que tenham vínculo com o tema em questão. O levantamento bibliográfico, foi uma etapa muito importante deste trabalho, pois, serviu como fundamentação, tanto em nível teórico, como na abordagem do estudo de caso dos agentes envolvidos na pesquisa. Além disso, foi realizado um levantamento de dados estatísticos junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como também pesquisa em sites, que tratam da questão dos biomas e sua preservação no Brasil. Foi realizada também, uma visita técnica a Embrapa – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO CENTRO-OESTE, para a obtenção de dados referentes à vegetação original remanescente. Houve dificuldade de encontrar material cartográfico referente à evolução da cobertura vegetal original no município de Dourados – MS especificamente, objeto de estudo que será tratado em outra pesquisa mais aprofundada. A pesquisa foi de grande importância, uma vez que, abordou a relação homem x natureza e os antecedentes históricos da degradação/substituição da vegetação original por outras, em diferentes fases da ocupação do sul de Mato Grosso do Sul, especificamente o município de Dourados-MS. Além de desmistificar a idéia errônea de que a soja era a grande vilã na degradação da vegetação original no município de Dourados – MS, quando na verdade, ela é mais uma no processo.

2- O PROCESSO DE RETIRADA DA VEGETAÇÃO ORIGINAL NA PORÇÃO MERIDIONAL SUL-MATO-GROSSENSE: ENFOQUE PARTICULAR AO MUNICÍPIO DE DOURADOS, (1880-1940)

2.1 A Cia. Matte Larangeira e a exploração primitiva e selavagem no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Anterior a implantação da Cia Matte Larangeira, as terras do sul do atual estado de Mato Grosso do sul eram habitadas por povos indígenas. Entre estes se pode mencionar a presença dos Paiguás, Guatós, Guaicuru e Terena. Outra tribo é a dos Kadwéu, descendentes dos Mbayá de língua Guaicuru, os históricos índios cavaleiros. (BIANCHINI, 2000). Além destes, encontram-se os Guarani e os Kaiwá, principalmente em Dourados.

A verdade é que existia um grande número de índios na porção meridional sul-mato-grossense. No entanto, os dados não são exatos. Mesmo assim o meio natural da referida região, pouco foi modificado pela ação antrópica proporcionada pelos indígenas. Uma vez que, a relação dos índios com o meio natural se dava de forma harmônica. Estes viviam de acordo com o ciclo natural, retiravam da natureza apenas o essencial para a sobrevivência.

Isto está relacionado com o que foi discutido anteriormente quando foi citado Demangeot, onde o autor coloca que os danos provocados pela ação antrópica variam de acordo com o nível de desenvolvimento técnico de cada povo, assim os indígenas que possuíam técnicas rústicas para retirar da natureza apenas o essencial, pouco degradavam o meio natural. (DEMANGEOT, 1998).

Pode-se dizer que até a Guerra do Paraguai, o sul do atual estado de Mato Grosso do Sul era habitado em sua grande maioria por indígenas. Contudo, não se pode incorrer no erro de afirmar que essa área era habitada exclusivamente por índios, pois havia, claro que em minoria, a presença de não índios vivendo nestas terras. Estes praticavam o cultivo de alguns alimentos para subsistência e criavam alguns animais domésticos. (GRESSLER e SWENSSON, 1988).

Porém, na Guerra, os indígenas foram utilizados como soldados, gerando um decréscimo abrupto em seu número na região. Com o final da Grande Guerra, como ficou conhecida a guerra entre Brasil e Paraguai, a maior da história da América do Sul, a qual o Brasil saiu vitorioso, provocando graves conseqüências ao país vizinho, como o quase extermínio da população masculina entre outros, uma leva de ex-combatentes, tanto paraguaios quanto brasileiros, se instalou na porção meridional sul-mato-grossense, proporcionando uma ocupação, que na verdade, ainda não tinha caráter efetivo, mas foi um

primeiro passo para desencadear um processo de antropização com danos reais ao meio natural, principalmente à vegetação original.

Mais uma vez, convém ressaltar o que já foi discutido quando foi citado Demangeot. Ele argumenta que um dos fatores que incidem sobre os danos causados pela ação antrópica é o fator demográfico, pois um grande número de seres humanos por quilometro quadrado, aplicando na exploração do meio natural, técnicas mais avançadas, provoca danos incalculáveis.(DEMANGEOT, 1998)

Assim, com o aumento do número de habitantes na porção meridional sul-mato-grossense, o impacto, principalmente à vegetação original, foi intensificado, pois se iniciou a abertura de estradas, corredores, áreas para construção de casas, assim como, a retirada de madeira para a feitura destas e para o cultivo de alimentos.

Além do mais, com a Guerra finalizada, foi necessário demarcar os limites entre Brasil e Paraguai. Para essa missão, foi criada uma Comissão Mista de Limites Brasil/Paraguai, que faria um levantamento dos recursos existentes na região fronteira, para, posteriormente, os limites entre os dois países serem demarcados.

Desta comissão, participou o gaúcho Thomaz Larangeira, conhecedor da área a ser demarcada. Ele atuou como fornecedor de mantimentos à comissão, pois “esta estava enfrentando dificuldades em seu abastecimento.” (SILVA, 2002, p. 36).

Na realização de suas atribuições, Larangeira tomou conhecimento de uma área onde havia grande abundância de ervais nativos. Após o final dos trabalhos demarcatórios, a área onde estavam localizados os ervais ficou dentro do território brasileiro.

Larangeira viu aí a oportunidade de ganhar muito dinheiro explorando os ervais. Se aproveitou da estreita relação que possuía com os governantes do então estado de Mato Grosso para obter a concessão das terras devolutas onde estavam os ervais.

Durante os anos de 1880 até 1890, os ervais tiveram, num primeiro momento, uma forte atuação de Thomaz Larangeira – primeiro explorador oficial dos ervais via arrendamento de terras devolutas do Governo através do decreto nº 8.799 de 09 de dezembro de 1882. (GUEDES, 2002, p. 38).

Segundo Arruda;

A exploração dos ervais do sul iniciou-se após a guerra contra o Paraguai, expandindo-se gradualmente até o surgimento da República sendo controlada neste período por Thomaz Larangeira, primeiro concessionário dos arrendamentos [...] A CIA chegou a arrendar no início do século cerca de 5.000.000 ha de terras e empregando milhares de trabalhadores, a maioria procedente do Paraguai [...] Sua sede central no Mato Grosso era Campanário, pequena cidade construída pela empresa no centro do planalto de Amambaí, no início da década de 20. possuía eletricidade, hotel, fábrica de gelo, telefone etc... contava com aproximadamente 2000 moradores. (ARRUDA,1997,p.17)

Para esta pesquisa, uma vez que trata das diferentes formas de ocupação/exploração da porção meridional sul-mato-grossense e as implicações à vegetação original com enfoque particular ao município de Dourados, é relevante salientar o processo de ocupação, mesmo que não efetivo, proporcionado pela Cia Matte Larangeira, pois, esta ocupação proporcionou um primeiro momento de retirada da vegetação original da área em questão. Outro fator relevante para a pesquisa, pois provocou danos irreparáveis à vegetação, são as técnicas empregadas na exploração dos ervais, salientadas por Bianchini;

Quanto às técnicas empregadas no fabrico do mate, o processo se inicia pela colheita, fazendo-se a poda dos ramos da erva com facões, após empilhados em lugar limpo passam pela faz de beneficiamento. Tratava-se de uma exploração primitiva e sevalgem. (BIANCHINI, 2000, p. 191)

A colheita era um momento dramático para os ervais, como se pode observar nas palavras de Bianchini, e ficará mais claro quando a autora citando Martins coloca que;

A colheita, muitas vezes era realizada desbastando as ervaes, às vezes não adultas com menos de 4 a 5 anos e com menos de 2 metros de altura, apesar de já haver esforços para que tais devastações não prosseguissem sob pena de aniquilar com essa riqueza nacional, mesmo assim continuou-se. (MARTINS apud BIANCHINI, 2000, p. 192).

Ainda, com relação às técnicas empregadas na colheita da erva realizada pela Cia Matte Larangeira, Bianchini mais uma vez fazendo uso das palavras de Martins, o qual;

Afirma que na Argentina os métodos são mais racionais. Com ervais cultivados poda-se com tesoura apenas os galhos finos, deixando-se 20% de suas folhas para garantir às plantas as suas funções vitais. Daí efetuar-se colheitas anuais na Argentina, enquanto no Brasil isso se realiza de 3 em 3 anos. Isto porque aqui visava-se o aproveitamento máximo da planta, ficando as ervaes completamente desnudas impedindo a recuperação anual. (MARTINS apud BIANCHINI, 2000, p. 192)

As safras davam-se de janeiro a outubro, mas podiam prolongar-se até dezembro de acordo com as condições climáticas. Entretanto Souza apud Bianchini entende que;

Os meses ideais para a colheita são os de fins de julho ou princípios de agosto, o que garantiria a vida e vigor da erva. Além disso, a regra a adotar-se nas colheitas consiste sempre em se fazer a poda acima de 20 ou 30 centímetros da poda precedente, porém o que ocorre é um sistema de poda predatória na qual se arranca da erva tudo que possui deixando-a praticamente nua. (SOUZA apud BIANCHINI, 2000, p. 192).

Assim, pode-se constatar que a exploração dos ervais realizada pela Cia Matte Larangeira era totalmente predatória muitas vezes desbastando as ervaes, que num primeiro momento eram nativas. Porém, com a exploração desordenada o resultado era a total devastação da área.

Além disso, os ervais eram explorados de forma nômade, pois quando estes se esgotavam, outra área onde existissem era buscada para serem exploradas até a exaustão.

Esses ervais se localizavam no meio da mata nativa, que para se chegar até eles era preciso abrir caminho por entre a vegetação.

Segundo Arruda,

a exploração caminhou no sentido oeste-leste, avançando para o interior do planalto Amambáí. Na década de 20 toda a região dos ervais estava esquadrihada pela Companhia, dividida em ‘ranchos’ (unidades de produção), com respectiva delimitação territorial e perspectiva de produção anual. (ARRUDA, 1997, p. 61)

Uma vez chegando até os ervais fazia-se um levantamento da área para a instalação do rancho.

A operação para o estabelecimento dos ranchos começava com o ‘descobrimto’ dos ervais ou sua localização dentro das matas. Tratava-se de um levantamento muito amplo, em que se procura descobrir manchas de erva dentro das matas e campos e verificar se compensava a implantação de um rancho. Feito por ‘descobridores’ ou ‘exploradores’, também conhecidos como ‘monteadores’, práticos de andar na mata e dos recursos que elas encerram. Aos dois ou três, a pé ou montados, armados com instrumentos para abertura de picadas. (ARRUDA, 1997, p. 62)

Como fica claro na citação acima, o processo de descobrimto e implantação dos ranchos proporcionou intenso desflorestamento, uma vez que estradas eram abertas, clareiras para a instalação dos ranchos, pois, “os ‘Ranchos’ ou ‘trabalhados’ constituíam-se numa clareira perto do erval. (ARRUDA, 1997, p. 62)

Ainda, à medida que a Companhia Matte Larangeira se expandia surgiam novos lugarejos. Tem-se por exemplo o caso de Porto Murtinho entre outros. Toda uma infraestrutura foi implantada pela Matte, como pontes, estradas, fábricas, portos entre outras, negligenciando totalmente a esfera ambiental, pois essa não era preocupação da época.

Portanto, a exploração da erva-mate praticada na porção meridional sul-mato-grossense, provocou profunda transformação na paisagem da referida área, entre os anos de 1880 e 1940, principalmente com a retirada da vegetação original, fato ocorrido devido o desbastamento dos ervais, conseqüência do empreendimento ervateiro da Cia Matte Larangeira, realizado de forma predatória e selvagem se preocupando apenas em suprir a demanda no mercado internacional.

2.2 A Colonização Empreendida pela CAND Intensifica o Processo de Retirada da Vegetação Original na Porção Meridional Sul-Mato-Grossense, em Particular no Município de Dourados entre 1940 e 1970.

A Cia. Matte Larangeira deu início na porção meridional sul-mato-grossense a um processo de retirada vegetação original através da exploração dos ervais, uma vez que, a técnica empregada na colheita era totalmente predatória e selvagem, provocando o desbastamento dos ervais.

Contudo, nas primeiras décadas do séc. XX, a Matte perde seu poder e, seu império é desestruturado graças a criação do Território Federal de Ponta Porá pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, o qual procurou reaver as concessões dos arrendamentos que a Cia Matte Larangeira possuía no sul do Atual estado de Mato Grosso do Sul. O fato é que a referida região ainda não estava povoada de forma efetiva, representando assim um perigo iminente para o controle do território, pois era uma região fronteira. Esta não sendo ocupada poderia ser invadida a qualquer momento pelos países vizinhos.

Então o Governo Federal elabora e coloca em prática políticas voltadas para fomento da ocupação da região Centro-Oeste. Uma delas é a Marcha para Oeste, onde Vargas vai implantar no sul de Mato Grosso a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, visando a distribuição de terras para famílias dispostas a se estabelecerem na região e assim, desencadear um processo efetivo de ocupação.

Entretanto, a ocupação proporcionada pela CAND, não se deu de forma organizada, apresentando problemas na distribuição dos lotes, e principalmente no que se refere à esfera ambiental, que na verdade não era a preocupação da época.

Assim, o processo de retirada da vegetação original, que teve início na porção meridional sul-mato-grossense com a exploração dos ervais nativos pela Cia Matte Larangeira, será intensificado a partir dos anos de 1940 com a implantação da CAND.

A colonização desenvolvida na porção meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul, teve, como principal objetivo, o povoamento de uma área próxima à fronteira com o Paraguai, como já foi discutido anteriormente. Para atingir tal objetivo o Governo Federal fomentou a entrada de grande contingente populacional, que no processo de ocupação transformou em pouco tempo uma grande área de mata em lavoura e pastagem, com forte prejuízo para o meio ambiente. (LIMA, 2001).

Na área de estudo da presente pesquisa, o município de Dourados, o qual pertencia à área da CAND, o processo de abertura das estradas e ocupação das propriedades avançou no

sentido oeste – leste, esse processo de abertura fez com que a cobertura vegetal natural, composta por floresta e cerrado, fosse substituída pela lavoura, com considerável velocidade. (LIMA, 2001).

Assim, a partir da implantação da CAND, a porção meridional sul-mato-grossense, em particular o município de Dourados, passou a ser ocupado com intensidade. “A abertura das propriedades por processos rudimentares, fazendo-se uso quase que exclusivamente da roçada, derrubada e queimada da vegetação de floresta ia transformando a paisagem rural em lavoura e pastagem”. (LIMA, 2001, p. 98).

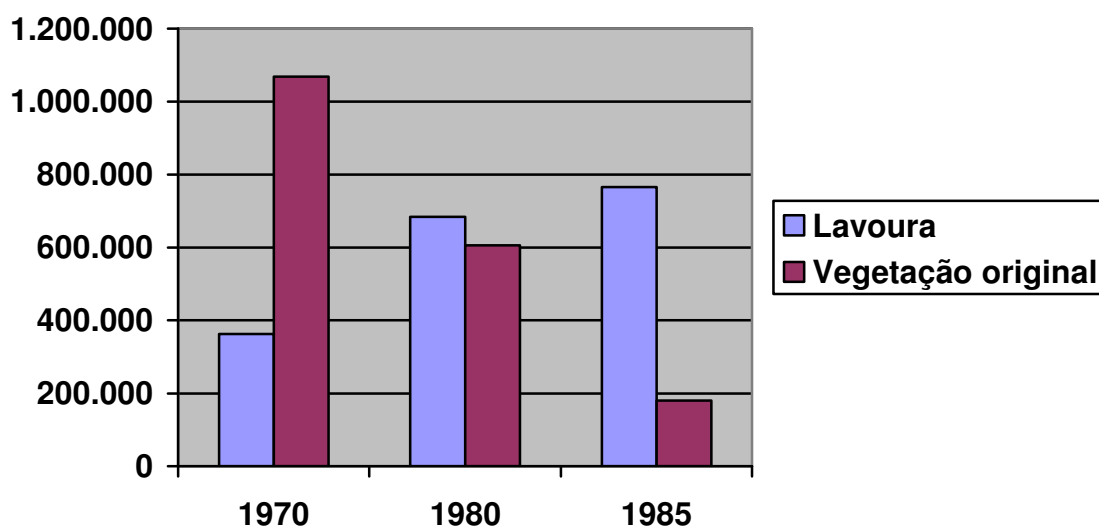
O processo de ocupação que se deu no sul do atual estado de Mato Grosso Sul foi muito parecido com a forma de ocupação do oeste de São Paulo, uma vez que a roçada, a derrubada e a queimada foram técnicas utilizadas na retirada da vegetação existente ali. Sobre o processo de ocupação em São Paulo, Monbeig ressalta que;

É durante a estação seca que começa a derrubada, seguida pela “roçada”, isto é, a derrubada das árvores e a limpeza de cipós e arbustos. Quando os restos amontoados no solo, formando “coivaras”, estão suficientemente secos, só resta tocar fogo. No final da estação seca, a fumaça das queimadas turvam a atmosfera. Às vezes as chamas atingem as bordas das estradas e os *chauffeurs* passam em marcha forçada, para evitar quedas de árvores e riscos de incêndio. Em cada derrubada, o fogo extingue-se lentamente durante alguns dias a acaba apagando. Não resta senão plantar nas cinzas ainda quentes, entre os tocos e troncos que acabam de queimar lentamente e os que vão apodrecer no chão. Técnica antiga e prática, que não se preocupa em tirar proveito da floresta e de suas riquezas, ela é ainda a mais habitualmente adotada. Pode, às vezes, ser combinada com aproveitamento maior ou menor da floresta. (MONBEIG apud LIMA, 2001, p. 98 – 99)

As técnicas empregadas na retirada da vegetação são totalmente predatórias, como se pode observar nas palavras de Monbeig, gerando a devastação completa da área onde eram empregadas. No caso da CAND, elas foram utilizadas para a formação de pastagens e lavoura, destruindo a vegetação original existente.

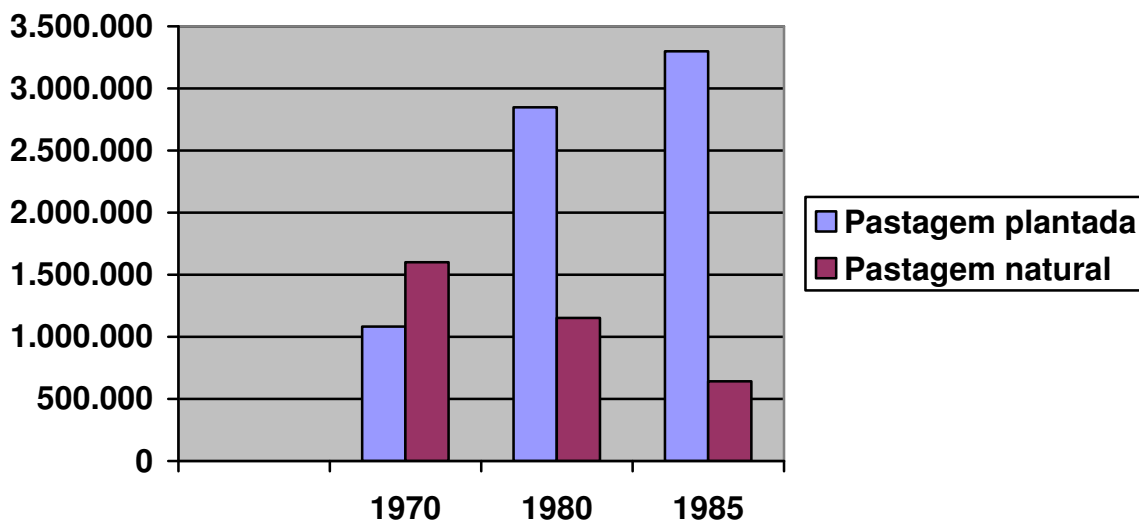
Nos gráficos abaixo se pode observar a evolução das áreas de lavoura e de pastagem artificial em detrimento da vegetação original e da pastagem natural na porção meridional sul-mato-grossense entre os anos de 1970 e 1985.

Gráfico 1 : A evolução da área de lavoura na porção meridional sul-mato-grossense e a redução da vegetação original



Fonte: LIMA (2001, p. 106)
Organizado por: GUIJARRA (2008)

Gráfico 2: Evolução da área de pastagem plantada na porção meridional sul-mato-grossense e a redução da área de pastagens naturais



Fonte: LIMA (2001, p. 106)

Organizado por: GUIJARRA (2008)
Segundo Alcântara,

Em 1970, a área ocupada por lavouras cobria 362.293 hectares; já em 1980 atingia a marca de 683.669 e, em 1985, 765.962, ou seja, em quinze anos cresceu mais de 100%. Enquanto a área de lavoura crescia, a mata sofria uma drástica redução,

retraindo-se de 1.068.842 hectares, em 1970, para 180.837, em 1985, uma perda de quase 600%. A área de mata foi reduzida com muito mais velocidade do que a expansão da lavoura, porque, no mesmo período, a pecuária sustentada por pastagens artificiais também se expandia. Em 1960, a área coberta por pastagem plantada abrangia uma extensão de 119.913 hectares; em 1970, essa área já estava ampliada para 1.083.150. No ano de 1980, passou a ocupar 2.847.259 hectares, chegando a atingir, em 1985, um total de 3.299.891, enquanto as pastagens naturais foram reduzidas de 1.599.252 hectares, em 1970, para 642.349 em 1985. (LIMA, 2001, p. 104 - 105).

A principal lavoura desenvolvida pelos colonos na CAND, era a soja, praticada pelos migrantes provenientes da região Sul do Brasil, os quais vieram para a porção meridional sul-mato-grossense, e principalmente para o município de Dourados, em busca de novas terras para fazer aquilo que mais sabiam, a agricultura.

A monocultura da soja será, a partir de 1975, alvo de fortes investimentos por parte do Governo Federal, através das políticas desenvolvimentistas, que tinham como objetivo desenvolver uma agricultura de alta produtividade em regiões consideradas estratégicas, uma delas era a região da Grande Dourados, e conseqüentemente o município de Dourados.

Porém, com relação à colonização realizada pela CAND, como se pode observar, esta provocou intensa devastação, pois a floresta era vista como obstáculo a ser vencido. A madeira era utilizada pelos colonos com intensidade na construção de casas e como lenha, além de ser explorada pelas madeireiras da época. Alcântara coloca que no município de Dourados, no início dos anos de 1970, chegou a ter 20 serrarias atuando na exploração da madeira. (LIMA, 2001).

Ainda, sobre a fase de implantação da CAND, Alcântara demonstra que;

Essa nova fase foi marcada pela retirada indiscriminada da cobertura vegetal e pelo sub-aproveitamento das madeiras, as quais, na maioria das vezes, eram queimadas.

A mata foi destruída sem a preocupação de se preservar reservas que pudessem suprir as necessidades futuras de madeiras para lenha, para construções, ou mesmo preservar reservas florestais, que garantissem a sobrevivência do ecossistema e da fauna.

Os colonos que ocuparam as terras da CAND, cobertas de floresta densa, doadas pelo governo, eram imigrantes de diversas regiões, mas, sobretudo, do nordeste do Brasil.

Ao receberem lotes de 30 hectares por família, esses colonos desenvolveram a policultura. Sem assistência técnica e sem orientação, dizimaram a mata, usando largamente o artifício da derrubada seguida de queimada. (LIMA, 2001, p. 104)

Assim, o processo de retirada da vegetação original na porção meridional sul – mato-grossense, em particular no município de Dourados, que teve a Cia Matte Larangeira como precursora deste, foi intensificado pela CAND, pois áreas onde se predominava a vegetação natural foram substituídas rapidamente por pastagens artificiais e lavoura, cujo principal

cultivo será a soja, a qual vai proporcionar num segundo momento, já no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento regional, o ápice da retirada da vegetação original na área em questão.

2.3 As Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional, o Fomento à Monocultura da Soja e os Danos à Paisagem, Principalmente à Vegetação Original no Município de Dourados entre os anos de 1960 e 1985.

O município de Dourados ficou conhecido como celeiro agrícola no cenário estadual e nacional devido às atividades agrícolas nele desenvolvidas, como a soja, o milho e o trigo entre outros apresentarem altos índices de produção.

Os fatores que contribuíram para o município se destacar como principal produtor de grãos, em particular da soja, no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil, segundo Silva, são: “as chuvas abundantes, variações térmicas anuais não tão acentuadas e latossolo roxo formado sobre derramamento basáltico com boa qualidade física e química”. (SILVA, 2002, p. 59).

Outro fator, mais importante que o primeiro, como destaca Silva, é que o sucesso do município em questão,

Deu-se também em função de medidas macroeconômicas, através das quais a economia regional, que era pouco dinâmica, rudimentar e de difícil integração ao mercado cede lugar a uma economia dinâmica, tecnologicamente avançada, integrada ao sistema financeiro e com inserção no mercado internacional. (SILVA, 2002, p. 59)

Todo esse desenvolvimento de Dourados, e inserção numa economia mais dinâmica, se deu no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento regional, que tiveram início no Brasil após o golpe de 1964, e que vão realizar muitos investimentos na modernização e industrialização da agricultura. No caso de Dourados e sua região, o fomento à monocultura da soja.

Na verdade, vários órgãos de planejamento foram instituídos já nos anos de 1940 e 1950, contudo é no contexto dos governos militares, entre 1964 e 1985, que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, passam a figurar como uma das formas de combater as disparidades regionais, mas sobretudo como ressalta Abreu (2003), para disseminar o capitalismo pelo território brasileiro.

A região da Grande Dourados, a qual tem como município pólo Dourados, foi selecionada como uma das treze áreas-programas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico

– Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que “objetivava uma ocupação racional do território e exploração coordenada das potencialidades regionais”. (SILVA, 2002, p. 65). Este foi elaborado pela SUDECO, (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste), no II PND, (Plano Nacional de Desenvolvimento). (ABREU, 2003).

Como se pode observar, a região da Grande Dourados e conseqüentemente o município de Dourados, será inserido no contexto das políticas públicas a partir do II PND, início dos anos de 1970, sendo a partir de então, alvo de grandes investimentos do governo federal.

Além de ser uma das treze áreas selecionadas pelo PLADESCO, Dourados e os municípios por ele polarizados, serão contemplados com um programa específico para a região, o PRODEGRAN, (Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados), elaborado pela SUDECO em desdobramento do II PND, (ABREU, 2003), que segundo Tetila apud Silva, “entre seus objetivos, visava a um apoio à monocultura da soja”. (TETILA apud SILVA, 2002, p.65)

Realmente o objetivo do PRODEGRAN era, como destaca Abreu, fomentar o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade na região da Grande Dourados, (ABREU, 2003), onde o município de Dourados foi o principal alvo destas ações, chegando a produzir, entre os anos de 1975 e 1978, 80% da produção de grãos da referida região, sendo a soja o principal produto. (IBGE, 1980)

Contudo, a cultura da soja, já vinha se desenvolvendo na região da Grande Dourados, principalmente no município de Dourados - MS, desde os anos de 1960, graças aos migrantes sulistas, que foram responsáveis pela abertura de matas circundantes para a implantação de extensas lavouras de soja. Para isto, os migrantes, na maioria gaúchos recebiam um forte apoio estatal. (SILVA, 2002), mas não contavam com investimentos diretos, provenientes de programas especiais.

Gressler e Swensson (1988), sobre o início do cultivo de soja no município de Dourados, ressaltam que, a referida cultura foi introduzida em Dourados primeiramente por agricultores provenientes do Rio Grande do Sul e Paraná. As terras de campo e cerrado antes cobertas por pastagens naturais e vegetação típica de cerrado, adquiridas por agricultores rio-grandenses do sul e paranaenses, foram em parte cultivadas nos anos de 1960/61, com soja.

O desenvolvimento da monocultura da soja no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e, principalmente no município de Dourados, foi beneficiada, também, por um processo que se acentuou em algumas regiões do território brasileiro, conhecido como modernização conservadora. Esta, também, foi fruto de projetos e subsídios oferecidos pelo governo da ditadura. (SILVA, 2002)

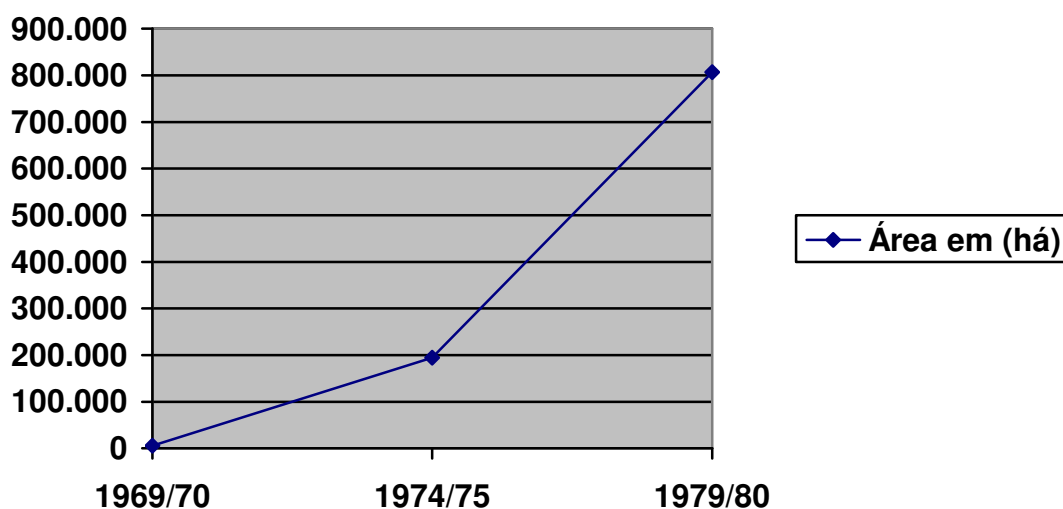
Este período (de implementação da ideologia da modernização conservadora), “foi caracterizado pela mecanização e quimificação do campo; uma modernização ‘à brasileira’, que copiou pacotes tecnológicos dos Estados Unidos”. (MÜLLER apud SILVA, 2002, p. 61)

De acordo com Silva (2002), o período da modernização conservadora foi, na verdade, uma expansão da indústria para o campo e a constituição dos Complexos Agroindustriais.

O mercado internacional também proporcionou o desenvolvimento da leguminosa no sul de Mato Grosso do Sul, pois o governo estadunidense, a partir de 1960, começou a segurar o preço da soja. Isso deixou os agricultores com o pé atrás com relação ao preço desta, aumentando em pequena quantidade a sua produção. Em 1972 - 73, uma seca comprometeu a produção da matéria-prima utilizada na África no fabrico de óleo comestível, o amendoim. Ainda 1973, o mercado mundial da soja sofreu outro impulso devido o desaparecimento das anchovas no litoral peruano, estas utilizadas para a fabricação de ração para peixe na Europa. Esse fato levou os europeus a importarem soja dos Estados Unidos, mas como os norte-americanos também estavam com baixo estoque da leguminosa, decretou o embargo das exportações neste mesmo ano. Essa combinação de fatores elevou o preço da soja, que era de 110 dólares a tonelada, atingindo em agosto de 1973 a cifra de 300 dólares. (SILVA, 2002)

Esse aquecimento na demanda internacional fez com que o estado de Mato Grosso do Sul e a porção meridional sul-mato-grossense, incluindo Dourados, onde a monocultura da soja vinha a todo vapor, obtivesse um abrupto crescimento na área destinada a essa lavoura . A introdução de novas áreas pode ser observada no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Área destinada à produção de soja em Mato Grosso do Sul no período de 1970 e 1980



Organizado por; GUIJARRA (2008)
Fonte: SILVA, (2002, p. 60)

Porém, será a partir de 1975 com as políticas desenvolvimentistas da SUDECO, e seus programas especiais, como o já citado PRODEGRAN, o qual estava direcionado especificamente para a região da Grande Dourados e conseqüentemente para o município de Dourados, que a agricultura da região e, em particular, do município em questão, a qual, como já foi discutido anteriormente, vinha num processo de mecanização, já no final dos anos de 1960, e também já estava sendo inserida numa nova forma de produzir do sistema capitalista - os Complexos Agroindustriais - tudo proporcionado pela modernização conservadora, vai se modernizar definitivamente, com o implemento de técnicas e maquinários modernos; adubos químicos entre outros, e a incorporação de novas áreas para cultivo, através do desmatamento, o que possibilitará uma alta produtividade da soja na área em questão. É o que destaca Queiroz, propondo que “esses avanços – que, é preciso frisar, foram viabilizados em grande parte por financiamentos governamentais a juros subsidiados – mostraram-se, de fato, rápidos e intensos”. (QUEIROZ apud SILVA, 2002, p. 63)

Contudo, é de grande importância ressaltar que,

Além desses Programas e Planos, outros agentes ajudaram em estudos e pesquisas na Região como: EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste; IPEACO – Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro – Oeste; e CEUD/UFMS – Centro Universitário de Dourados da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul. (SILVA, 2002, p. 65)

Mas a verdade é, como chama a atenção Silva, que a cultura da soja teve como grande e principal aliado para se desenvolver, o Estado, e suas políticas desenvolvimentistas, uma vez que, encontrou na política governamental incentivos e subsídios. (SILVA, 2002).

Porém, todo esse desenvolvimento e ganho na produtividade da soja, ocorreram em detrimento da esfera ambiental. Pois, como foi colocado a cima, para a implantação da cultura da soja no município de Dourados, primeiramente pelos sulistas, já ancorados nos subsídios governamentais, áreas cobertas por vegetação original foram desmatadas para dar lugar ao cultivo da soja, dando continuidade a um processo dramático iniciado pela Cia Matte Larangeira e intensificado pela colonização empreendida pela CAND. No contexto das políticas desenvolvimentistas, esse quadro de degradação ambiental será acentuado, devido à modernização do campo, com o implemento de maquinários, e insumos como, adubos químicos e defensivos agrícolas, onde “tal modernização (re) estruturou a forma de produzir [...] e, atrelado a esta, um maior impacto socioambiental” (SILVA, 2002, p. 61). Tudo voltado para o aumento da produção e da produtividade das lavouras, a fim de suprir a demanda no mercado internacional.

“O espaço agrário de Dourados altera-se profundamente com a atuação da cultura da soja”. (SILVA, 2002, p. 70). Com relação a essas transformações provocadas pela monocultura da soja, Boni ressalta que, “a devastação do meio ambiente para a pratica da agricultura, por exemplo, acabou por causar desequilíbrios no ecossistema, de modo que as pragas e doenças passaram a causar danos consideráveis a agricultura”. (BONI apud SILVA, 2002, p. 70).

Oliveira afirma que “a soja promoveu uma verdadeira revolução no espaço, transfigurou completamente a paisagem e o modo de produção existente. Noutras palavras: permitiu a construção de uma nova historia”. (OLIVEIRA apud SILVA, 2002, p. 70)

Como se pode observar, os danos à vegetação original na porção meridional sul-mato-grossense em particular no município de Dourados, causados pela Cia Matte Larangeira intensificados pela forma de colonização proporcionada pela CAND, chegam ao seu ápice com a ação antrópica realizada a partir da implantação e desenvolvimento da monocultura da soja, no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento regional do período da ditadura, cujo objetivo no papel, era de desenvolver socioeconomicamente a região e seus municípios. Contudo, foram ações pensadas fora da realidade local, negligenciando totalmente o contexto ambiental existente, provocando danos irreversíveis, principalmente à vegetação original, favorecendo apenas a expansão das relações capitalistas de produção.

3- REMANESCENTES DA VEGETAÇÃO ORIGINAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS – MS

A porção meridional do Mato Grosso do Sul possuía como principais formações vegetais: a Floresta Estacional Semidecidual, o Cerrado e Campos, mas aparecem também, a Floresta Aluvial e a Floresta Submontana. Contudo a vegetação original que cobria a referida área encontra-se descaracterizada pela ação antrópica. “Os poucos remanescentes dessa vegetação encontram-se em manchas pequenas e isoladas, quase sempre bastante descaracterizadas”. (LIMA, 2001, p. 60).

A vegetação de floresta está assentada principalmente em solos de derramamento basáltico como é o caso do solo de Dourados, o Latossolo Roxo, por isso que mais da metade do município era coberto pela Mata Atlântica, cerca de 55% do total da área deste. Nesta apareciam espécies como peroba (*Aspidosperma sp*), cedro (*Cedrella fissilis*), pau marfim (*Aspidosperma pyriocullus*) entre outros. Estas serviram como madeira para as serrarias no desenvolvimento da CAND, fato que gerou o desaparecimento de muitas espécies e ainda as pequenas manchas de mata ainda existentes estão descaracterizados.

Segundo Mato Grosso do Sul:

Na região, aparecem três tipos de Floresta: a Floresta Estacional Semidecidual, a Floresta Aluvial e a Floresta Submontana.

A Floresta Estacional Semidecidual relaciona-se com o clima de duas estações, uma chuvosa, de outubro a março, e outra de baixa pluviosidade, de abril a setembro e com acentuada variação térmica. Esse tipo de clima determina uma estacionalidade foliar, com adaptação ora à deficiência hídrica, ora à queda de temperatura nos meses frios. No caso da Floresta Semidecidual, a porcentagem das árvores caducifólias no conjunto florestal situa-se, aproximadamente, entre 20 a 50% na época desfavorável.

A Floresta Aluvial tem fisionomia arbórea, com dossel superior uniforme. O manto verde das copas apresenta pequena decidualidade foliar no período desfavorável. Tem, ainda, um extrato intermediário constituído de árvores jovens que são regeneração natural das árvores mais antigas.

Ao sul do Estado, essa floresta aparece sobre o Latossolo Roxo originário do basalto, margeando os rios Anhanduí, Brillhante e Dourados e seus tributários, apresentando abundância de peroba, aroeira, cedro, jequitibá, ipê entre outras.

A Floresta Submontana encobria as encostas dos Planaltos de Maracaju e Dourados, principalmente onde houve derrames basálticos. As espécies emergentes caducifólias são sua principal característica. (MATO GROSSO DO SUL apud LIMA, 2001, p. 61)

Além dos tipos de vegetação expostos acima, na porção meridional, assim como em todo o Centro-Oeste, existe a vegetação de cerrado. O município de Dourados tinha quase metade de seu território coberto por esta vegetação que sofreu forte devastação devido ao processo de ocupação que se deu no sul do Estado.

Segundo dados da EMBRAPA, o bioma cerrado comporta formações florestais, savânicas e campestres. As formações florestais são: Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão: as formações savânicas são: Cerrado sentido restrito, Parque

de Cerrado, Palmeiral e Vereda: e as campestres: Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre. (EMBRAPA apud LIMA, 2001, p.61 - 62).

Ainda, como já foi dito acima, a porção meridional possuía também abundância da vegetação do tipo Campos que segundo Lima (2001), apresenta-se com três estratos de gramíneas: uma superior, com aproximadamente um metro de altura, um intermediário, de aproximadamente 40 cm: e um inferior, de 20 a 3 cm, bastante uniforme, formado por gramíneas de caule subterrâneo. E ainda sua composição e fisionomia, o campo possui a seguinte subdivisão: campo limpo, campo sujo e campo-cerrado.

Mais especificamente, como já foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, o município de Dourados – MS, possuía em seu território a predominância de dois tipos de vegetação, na sua porção leste a Mata Atlântica e na sua porção oeste o Cerrado. Contudo, atualmente os remanescentes destas vegetações estão desfigurados e se apresentam em pequenas manchas espalhadas por todo o município.

A verdade é que os reflexos/consequências à vegetação original, gerados pelas diferentes formas de ocupação/exploração da porção meridional sul-mato-grossense, em particular do município de Dourados – MS, são dramáticos. Segundo dados do SOS Mata Atlântica, a referida vegetação, a qual era predominante na porção leste do município de Dourados – MS, com cerca de 55% deste, como já foi ressaltado acima, sofreu uma redução de 97%, restando 3% de vegetação original desta. (Ver Tabela 1).

Tabela 1: Dados da vegetação de mata atlântica no município de Dourados - MS

Área do município de Dourados – MS em (ha)	Área original da mata atlântica em (ha)	Mata remanescente em (ha)	Percentual da vegetação original atual/original
413.789	226.522	7.870	3%

Organizado por: GUIJARRA (2008)

Fonte: www.sosma.org.br (2008)

A partir destes dados, pode-se constatar que houve intensa devastação da vegetação original da mata atlântica, a qual foi reduzida a apenas 7.870 ha dos 226.522 ha que existiam no município de Dourados.

Na porção oeste do município de Dourados – MS, cerca de 45 % deste, existia a predominância da vegetação de cerrado. Contudo, não se obteve dados específicos sobre os

remanescentes desta vegetação no município em questão, pois, em visita realizada a Embrapa, constatou-se que ainda não existe um levantamento estatístico referente a essa questão, sendo portanto objeto de estudo de outra pesquisa mais aprofundada.

Mesmo não obtendo dados referentes ao decréscimo desta vegetação especificamente, pode-se dizer que esta sofreu forte desmatamento, uma vez que, todo o espaço sul-mato-grossense, especialmente o município de Dourados - MS foi ocupado/explorado de forma predatória provocando a retirada da vegetação original quase que em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem entende ser o senhor da natureza, a qual pode dominar e retirar os recursos para suprir suas necessidades, a maioria delas supérfluas. Ele não se vê parte integrante da natureza, mas exterior a esta.

A verdade é que a relação homem x natureza foi se transformando ao longo da história. O homem primitivo vivia em harmonia com seu meio, vivia de acordo com o ciclo natural, em nada interferia no ambiente. Contudo, a cada dia novas necessidades eram criadas e novas técnicas eram desenvolvidas para explorar os recursos naturais. O homem moderno, atualmente, utiliza tecnologias avançadas para explorar a natureza, provocando graves conseqüências. Este não consegue ou não quer entender que não é um ser alheio a natureza, e que vive uma relação de reciprocidade com seu meio, uma relação dialética onde ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza construindo sua história, é influenciado por esta.

A porção meridional sul-mato-grossense era ocupada por povos indígenas, os quais mantinham uma relação de interação com o meio, onde homem e natureza se completavam. Entretanto, esse cenário será alterado profundamente a partir dos anos de 1880. A referida região possuía grande abundância em ervais nativos, os quais foram explorados até a exaustão pela Cia Matte Larangeira capitaneada por Thomaz Larangeira. As técnicas empregadas na colheita da erva eram totalmente rústicas, com facões e foices, o que proporcionou o desbastamento dos ervais. Inicia-se então um processo dramático de retirada da cobertura vegetal original. Este será intensificado a partir dos anos de 1940 com a colonização da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados). Os colonos viam a floresta como obstáculo a ser vencido, o que provocou intenso desmatamento, transformando a floresta em lavoura e pastagem.

Finalmente, a ação da monocultura da soja a partir dos anos de 1970, calcada nos subsídios das políticas de desenvolvimento regional, vai proporcionar o ápice do processo da retirada da vegetação original, em particular no município de Dourados – MS.

Assim, pode-se concluir que, a atual situação, de quase extermínio da cobertura vegetal original na porção meridional sul-mato-grossense, especialmente no município de Dourados, é reflexo das diferentes formas de ocupação/exploração da área em questão, durante mais de um século (1880 – 1985).

Além disso, a retirada desta deve ser entendida como consequência de um processo, o qual foi sendo intensificado a cada período, e não incorrer no erro de atribuir à monocultura da soja o papel de vilã, mas vê-la como parte integrante de um processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. O papel da SUDECO no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. In: Moretti, E. C.; Calixto, M. J. M. S. (orgs.) **Geografia e Produção Regional: Sociedade e Ambiente**. Dourados: UFMS, 2003, p.177-214.

_____. **Planejamento governamental - a SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2001.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira**. Londrina – PR: Ed. da UEL, 1997

BIANCHINI, Odaléia da C. D. A companhia Matte Laranjeira e a ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso 1.880 – 1940.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO, **PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA GRANDE DOURADOS**, 2001.

DANTAS, O. e GERALDINE, M. Veranico; estudo preliminar na região de Dourados. In: **Revista da Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Local Dourados** – maio/junho/julho/agosto – 1996. nº 3

DEMANGEOT, Jean. **Os Meios “Naturais” do Globo**. Tradução de F. Ribeiro Martins e H. Nogueira Santos. Tradução do original francês intitulado Lês Milleux “Naturels” du Globo. 7ª ed. Paris – Armand Colin Éditeur, 1998.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**/David Drew; Tradução de João Alves Santos; revisão de Suely Bastos; coordenação editorial de Antonio Cristofolletti – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial para o município de Dourados: Edição dos autores, 1988.

LIMA, P. Alcântara. **Transformações da Paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: Região Meridional de Mato Grosso do Sul.** Rio Claro – SP – Unesp. Tese de Doutorado, 2006

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica** – 19ª ed. – São Paulo: Annablume, 2003

PONCIANO, Nilton Paulo . **Aspectos da Política de Colonização do Governo Vargas para o Sul de Mato Grosso.** Integração, Fátima do Sul, 2002. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta>> acesso em 09/08/2008

ROSS, J. S. (org.) **Geografia do Brasil.** 4.ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Walter Guedes da. **Transformações ambientais no espaço meridional sul-mato-grossense: o caso de Dourados-MS.** Brasília: UnB. Dissertação de Mestrado, 2002.

SWENSSON, Lauro Joppert. **Dourados no contexto regional de Mato Grosso do Sul.** Rio Claro: Universidade Estadual de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), 1982.

WEINGARTNER, A. A. dos Santos. **Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889 – 1930).** Edições Est – Porto Alegre, 1995.